



Departamento de Educação New Jersey



Direitos dos Pais na Educação Especial

Revisto em julho de 2000

David C. Hespe
Comissário de Educação

▪
Barbara Anderson
Assistente de Comissário
Divisão de Serviços do Aluno

▪
Barbara Gantwerk
Diretor
Escritório de Programas Especiais de
Educação

▪
New Jersey Department of Education
P.O. Box 500
Trenton, New Jersey 08625-0500
(609) 292-0147

PTM 1501.87

Portuguese

O Departamento de Educação de New Jersey contratou a Corporate Translation Services, Inc., para preparar a cópia de "Direito dos Pais na Educação Especial". Esta declaração de isenção de responsabilidade é necessária porque o Departamento não pode garantir que as palavras e as expressões usadas na tradução tenham o sentido exato das palavras e expressões usadas no original em inglês.

JUNTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

MAUD DAHME Annandale
Presidente

RONALD K. BUTCHER Pitman
Vice-Presidente

DONALD C. ADDISON, JR. Trenton

JEAN D. ALEXANDER Absecon

S. DAVID BRANDT, ESQ. Cherry Hill

ANNE S. DILLMAN Perth Amboy

ORLANDO EDREIRA Elizabeth

THOMAS P. McGOUGH Florham Park

DANIEL J. P. MORONEY Cedar Grove

SAMUEL J. PODIETZ. Lumberton Township

ROBERT A. WOODRUFF Alloway Township

David C. Hesse, Secretaria da Comissão de
Educação

Direitos dos Pais na Educação Especial

O Código de Administração de New Jersey para educação especial (N.J.A.C. 6A:14) e a lei federal sobre a Educação de Pessoas Portadoras de Deficiências (IDEA) são diplomas legais que asseguram às crianças deficientes educação pública gratuita e apropriada no ambiente menos restritivo possível. Uma parte importante dessa legislação dá aos pais o direito de participar da educação de seus filhos.

Você e os representantes de seu distrito escolar são membros da equipe responsável pelo desenvolvimento de um programa educacional apropriado para seu filho. Este documento descreverá as leis estadual e federal que tratam da obrigatoriedade da educação especial para ajudá-lo a entender seus direitos no processo de educação especial. Com esse conhecimento, você estará preparado para desempenhar um papel ativo na educação de seu filho.

Este documento foi produzido para você por pais e educadores experientes de crianças portadoras de deficiências, em colaboração com o Departamento de Educação, Escritório de Programas de Educação Especial. Queremos agradecer os seguintes pais e profissionais que participaram da elaboração e revisão da versão preliminar deste documento:

Brian Earls, pai voluntário do Centro de New Jersey de Extensão e Serviços para a Comunidade Autista (COSAC)

Nicole Harper, mãe e representante da Rede Estadual de Advocacia dos Pais (SPAN)

Ellie Byra, mãe e membro do Conselho de Assessoramento para a Educação Especial do Estado e da Subcomissão de Educação do Conselho de Desenvolvimento na Área de Deficiências

Elaine Buchsbaum, mãe e representante do The Arc

Fran Korman, da Associação de Educação de New Jersey (NJEA)

Linda Kassekert, da Associação de Educação de New Jersey (NJEA)

Ted Kozlik, da Escolas Públicas de Westfield, Associação de Administradores de Serviços aos Alunos de New Jersey (NJAPSA)

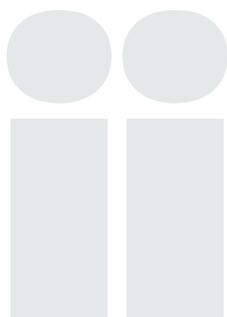
Lorraine D'Sylva-Lee, mãe e membro Conselho de Assessoramento para a Educação Especial do Estado

Rick Ebinger, pai e membro do Conselho de Assessoramento para a Educação Especial do Estado

Esta é a declaração de ressalvas de procedimento exigida nos termos do Código de Administração de New Jersey (N.J.A.C.) 6A:14-2.3(e)7.

SUMÁRIO

Encaminhamento	1
Processo decisório e participação nas reuniões	1
Notificação de reunião	2
Notificação por escrito.....	2
Idioma nativo e notificação por escrito.....	3
Consentimento	4
Solicitações dos pais.....	5
Avaliação.....	5
Avaliação independente	6
Qualificação	6
Programa de Educação Individualizada (IEP).....	7
Reavaliação	7
Transferência de direitos após a maioridade	8
Confidencialidade dos registros educacionais e seu acesso	8
Pais substitutos.....	10
Matrícula de seu filho em escola não-pública (particular) - Devido a divergência.....	10
Matrícula de seu filho em escola não-pública (particular) - Devido a preferência	11
Resolução de divergências	11
Mediação voluntária	12
Processos formais de audiência	13
Processos formais expeditos de audiência	14
Audiência de alívio de emergência	15
Honorários advocatícios	17
Investigação da queixa	17
Procedimentos disciplinares	18
Termos comumente usados	21
Solicitação de mediação/Processo formal de audiência/ Audiência expedita.....	23
Solicitação de audiência de alívio de emergência	25
Solicitação de investigação de queixa	29
Recursos.....	31



Direitos dos Pais na Educação Especial

ENCAMINHAMENTO

Que é um encaminhamento?

Encaminhamento é a solicitação de avaliação feita por escrito ao distrito escolar quando existe a suspeita de que uma criança seja portadora de deficiência e possa necessitar de serviços de educação especial.

Quem pode fazer um encaminhamento?

- Os pais
- O pessoal da escola
- As agências envolvidas com o bem-estar dos alunos

Se acha que seu filho é portador de alguma deficiência, você pode encaminhá-lo para uma avaliação apresentando uma solicitação por escrito a seu distrito escolar¹.

O que acontece quando se faz um encaminhamento?

Dentro de 20 dias corridos² após o recebimento de um encaminhamento, o distrito escolar deve fazer uma reunião para decidir se realiza ou não a avaliação. Caso se decida pela realização da avaliação, toma-se outra decisão sobre os tipos de teste e outros procedimentos a serem usados para determinar se o seu filho precisa de serviços de educação especial.

PROCESSO DECISÓRIO E PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES

Como são tomadas as decisões sobre as necessidades de educação especial da criança?

As decisões relativas às necessidades de educação especial de seu filho são tomadas em reuniões. Como pai ou mãe da criança que é ou pode ser portadora de deficiência, **você tem o direito de participar das reuniões sobre:**

- **Identificação** (decisão de avaliar);
- **Avaliação** (natureza e escopo dos procedimentos avaliativos);
- **Classificação** (determinação se seu filho é ou não qualificado para receber educação especial e os serviços relacionados);
- Desenvolvimento e revisão do **programa de educação individualizada (IEP)** de seu filho;
- **Colocação** educacional de seu filho; e
- **Reavaliação** de seu filho.

Você é considerado membro de uma equipe multidisciplinar de pessoas qualificadas para fazer essas determinações e elaborar o programa de educação individualizada (IEP) para seu filho.

¹Ao escrever para o distrito escolar sobre questões de educação especial, você pode dirigir-se ao diretor da escola, ao diretor de educação especial, ao supervisor da equipe de estudo infantil, ao gerente de casos ou a outro funcionário apropriado da escola.

²Este horizonte de tempo exclui os feriados escolares, mas não exclui as férias de verão.

Você tem direito a:

- Dispor de um intérprete, tradutor ou intérprete de comunicação por sinais fornecido pela escola sem qualquer custo para você, quando necessário; e
- Participar das reuniões necessárias por outros meios, como chamadas telefônicas individuais ou conferências telefônicas no caso de não poder comparecer individualmente.

NOTIFICAÇÃO DE REUNIÃO

Como serei convidado a participar das reuniões?

Para assegurar a sua oportunidade de participar das reuniões e do processo decisório sobre seu filho, as reuniões sobre a educação especial para seu filho serão programadas para horário e local com que você esteja de acordo. O distrito escolar deverá notificá-lo por escrito com antecedência suficiente para que você tenha a oportunidade de comparecer.

Que informações devem ser incluídas na notificação de reunião?

A notificação por escrito da reunião deve declarar o assunto, a hora, o local e quem estará presente e:

- Informá-lo de que você poderá convidar para a reunião outras pessoas que tenham conhecimentos ou especialização no caso de seu filho, inclusive pessoal de serviços relacionados. A determinação de se a pessoa tem ou não esse conhecimento ou essa especialização é competência de quem faz o convite, seja você seja o distrito escolar;
- A partir da idade de 14 anos, ou antes, se for oportuno, a notificação no caso de alunos portadores de deficiência deverá também indicar que o assunto da reunião será a elaboração de uma declaração das necessidades de serviços de transição e que a escola convidará o aluno para participar da reunião; e
- A partir da idade de 16 anos, ou antes, se for o caso, a notificação para um aluno portador de deficiência também indicará que o assunto da reunião é a consideração dos serviços necessários de transição e que a escola convida o aluno para comparecer à reunião.

NOTIFICAÇÃO POR ESCRITO

Como serei informado das decisões sobre as necessidades de educação especial de meu filho?

O seu distrito escolar o informará das decisões que estão sendo tomadas sobre seu filho com notificações por escrito.

O distrito escolar deve notificar por escrito antes de:

- **Propor iniciar ou mudar:**
 - A identificação, avaliação e classificação;
 - A implementação de um IEP ou de uma colocação educacional;
 - A prestação da educação pública grátis e apropriada (FAPE) a seu filho; e
 - Uma reavaliação.
- **Pedir consentimento; e**



- **Aprovar ou indeferir uma solicitação** que você tenha feito por escrito para identificação, avaliação, colocação educacional ou prestação de educação pública gratuita e apropriada a seu filho.

O que deve ser incluído na notificação por escrito?

A notificação por escrito deve incluir uma descrição completa da proposta do distrito e uma declaração dos seus direitos nos termos da legislação sobre educação especial.

Na notificação, o distrito escolar deverá sempre:

- Descrever a ação que está propondo ou recusando;
- Explicar por que está tomando ou não a ação;
- Descrever outras opções consideradas e explicar por que essas opções foram rejeitadas;
- Descrever os procedimentos, testes, registros ou relatórios usados pelo distrito para tomar a decisão;
- Descrever quaisquer outros fatores relevantes para a proposta ou rejeição do distrito; e
- Incluir a notificação de seus direitos nos termos da legislação sobre educação especial.

Você deverá receber uma cópia deste fascículo sempre que:

- Seu filho for encaminhado para uma avaliação inicial;
- Você for notificado de uma reunião de IEP;
- For realizada uma reavaliação; e
- For apresentada ao Departamento de Educação uma solicitação de processo formal de audiência.

Em todas as outras ocasiões, o distrito deverá dar-lhe uma declaração explicando:

- Que, como pai responsável de um aluno que é ou pode ser qualificado para serviços de educação especial, você tem direitos nos termos da legislação sobre educação especial;
- Como você pode obter uma cópia da declaração das ressalvas processuais (PRISE); e
- As fontes que você pode contatar para obter ajuda na compreensão das normas sobre educação especial.

IDIOMA NATIVO E NOTIFICAÇÃO POR ESCRITO

A notificação por escrito deve ser feita em um idioma compreensível para o público geral e em seu idioma nativo ou por outro modo principal de comunicação. Se a escolha não for um idioma escrito, a escola deverá tomar os passos necessários para garantir que a notificação seja traduzida oralmente ou por outros meios para seu idioma nativo ou outro modo de comunicação. Se o seu idioma não for uma linguagem escrita, o distrito escolar deverá assegurar que você compreenda a notificação e documentará que você a compreendeu.

Quando o distrito deve me fazer a notificação por escrito?

Dentro de 15 dias corridos a contar da reunião sobre identificação, avaliação ou reavaliação, IEP ou colocação, o distrito escolar deverá notificá-lo por escrito de quaisquer decisões tomadas e/ou quaisquer ações propostas ou rejeitadas.



Quando o distrito tomará a ação descrita na notificação?

Após receber a notificação por escrito, você terá a oportunidade de considerar as decisões ou ações propostas pelo prazo de até 15 dias corridos. Isto lhe dá a oportunidade de concordar ou discordar da proposta do distrito. Você pode permitir que o distrito escolar inicie a ação proposta mais cedo concordando por escrito.

CONSENTIMENTO

Que significa consentimento?

Consentimento significa que você recebeu todas as informações necessárias para tomar uma decisão fundamentada sobre a atividade proposta. Consentimento também significa que você entende e concorda por escrito com a atividade proposta. Portanto, a notificação escrita deve ser parte de qualquer solicitação do seu consentimento por escrito.

O consentimento é imediato. Isto significa que, depois que você der seu consentimento por escrito, o distrito escolar iniciará a atividade assim que for possível.

Quando o distrito escolar deve obter o meu consentimento?

Seu consentimento é necessário:

- **Para que seu filho seja avaliado pela primeira vez** para se determinar se se qualifica ou não para educação especial;
- **Para que o programa de educação especial de seu filho tenha início;**
- **Para que seu filho seja testado como parte de uma reavaliação.** Todavia, se puder demonstrar que tentou obter o seu consentimento para a reavaliação de seu filho e que você não respondeu, o distrito poderá proceder à avaliação sem o seu consentimento; e
- **Para que os registros de seu filho sejam liberados** para pessoas ou organizações que de outra forma não estariam autorizadas a vê-los.

O que acontecerá se eu não der consentimento para uma atividade proposta?

Se você discordar da proposta inicial de avaliação, reavaliação, implementação do IEP inicial ou liberação dos registros e não der consentimento, a escola deverá solicitar um processo formal de audiência (ver página 13), a menos que você e o distrito escolar cheguem a um acordo sobre um curso diferente de ação. No processo formal de audiência, um juiz da justiça administrativa (AJ) decidirá se seu filho será avaliado, reavaliado ou se o IEP de seu filho poderá ser colocado em prática sem o seu consentimento.

Posso retirar o meu consentimento depois de tê-lo dado?

O consentimento é um ato voluntário. Você pode revogar (retirar) seu consentimento a qualquer momento mediante uma notificação por escrito à escola. A revogação do consentimento não nega uma ação que tenha ocorrido após o consentimento ter sido dado e antes de sua revogação. Se você revogar o consentimento depois que seu filho tiver começado um programa de educação especial, o distrito escolar deverá solicitar um processo formal de audiência no prazo de 20 dias,³ a menos que você chegue a algum tipo de acordo com o seu distrito. Nesse meio tempo, a escola deverá continuar fornecendo os serviços especificados no IEP.

³A menos que se especifique de outra maneira, o termo "dias" refere-se a dias corridos.

O distrito escolar deve obter o meu consentimento toda vez que houver uma proposta de mudança no programa ou na colocação do meu filho?

Não. Depois que os serviços tiverem iniciado, você ou o distrito escolar poderão propor mudanças no programa ou na colocação de seu filho na reunião de IEP. Não há necessidade de seu consentimento para a implementação das alterações. O distrito escolar deverá apresentar-lhe notificação por escrito das alterações propostas, conforme descrito acima.

Como posso interromper a ação proposta quando eu não estiver de acordo?

Você deve solicitar mediação ou um processo formal de audiência antes do decurso do prazo de 15 dias. Para solicitar mediação ou um processo formal de audiência, coloque sua solicitação por escrito e a envie ao Departamento de Educação. Um formulário de solicitação de mediação/processo formal de audiência está incluído no final do fascículo. Enquanto a divergência estiver sendo resolvida, a colocação e os serviços atuais de seu filho continuarão os mesmos. A isto se chama de "**permanência inalterada**".

Se você discordar da ação proposta e não informar o distrito escolar de sua discordância mediante a solicitação de mediação ou de um processo formal de audiência, a ação proposta iniciará 15 dias depois de sua aprovação.

SOLICITAÇÕES DOS PAIS

Você pode solicitar alterações na avaliação, na qualificação, no IEP ou na colocação de seu filho. Sempre que apresentar uma solicitação à escola, você deverá fazê-lo por escrito e guardar cópia para seu arquivo. A escola tem 20 dias corridos para responder-lhe por escrito. Os feriados escolares não são computados nos 20 dias. Mas as escolas deverão responder dentro de 20 dias no verão. A resposta deve conter os componentes da notificação (ver página 2).

AVALIAÇÃO

Que é uma avaliação?

Avaliação é o processo usado para se determinar se seu filho é portador de uma deficiência. Esse processo inclui o exame de todos os dados relevantes e a aplicação de testes, avaliações e observações de seu filho. No caso de uma avaliação inicial, deverão participar pelo menos dois membros da equipe de estudo infantil⁴ e outros especialistas,⁵ conforme obrigatoriedade ou conforme se determinar que seja necessário.

Quando a avaliação é necessária?

A avaliação é necessário quando você, os membros da equipe de estudo infantil e o professor de seu filho (na medida em que isto for oportuno) se reunirem e decidirem que seu filho pode ser portador de uma deficiência.

⁴Quando a deficiência suspeita for uma desordem de linguagem, o especialista em discurso-linguagem poderá participar como um dos dois membros necessários da equipe de estudo infantil.

⁵"Especialistas" inclui, mas não de forma exclusiva, especialistas em discurso-linguagem, terapeutas ocupacionais, terapeutas físicos e clínicos gerais.

AValiação INDEPENDENTE

Que é uma avaliação independente?

Avaliação independente é aquela realizada por examinador(es) qualificado(s) que não são funcionários de seu distrito escolar. Caso discorde da avaliação feita por seu distrito, você tem direito a uma avaliação independente.

Quais são os requisitos para uma avaliação independente?

A avaliação independente é feita sem nenhum custo para você. É uma despesa pública. Se, como parte de um processo formal de audiência, um juiz de justiça administrativa requerer uma avaliação independente, esta também deverá ser feita com recursos públicos. As avaliações independentes devem satisfazer aos mesmos requisitos que as avaliações realizadas pelo distrito escolar.

O que acontece quando o distrito escolar acha que a avaliação está correta?

Quando não estiver de acordo com a necessidade de uma avaliação independente, o distrito escolar pedirá um processo formal de audiência no prazo de 20 dias a contar do recebimento de sua solicitação. Se um juiz de justiça administrativa decidir que a avaliação do distrito está correta, este não terá que pagar pela avaliação independente. Neste caso, permanece o seu direito de obter uma avaliação independente por sua própria conta.

Onde se pode conseguir uma avaliação independente?

Podem-se obter avaliações independentes com pessoal de outro distrito escolar, de comissões de serviços educacionais, comissões conjuntas, clínicas ou agências aprovadas ou de médicos particulares, que sejam certificados e/ou licenciados, conforme o caso. As informações relativas a esses recursos devem ser fornecidas pela sua escola.

O que o distrito escolar é obrigado a fazer ao receber uma avaliação independente?

O distrito escolar deve considerar todas as avaliações independentes, inclusive aquela pela qual você pagou, ao tomar decisões sobre o programa de educação especial para seu filho. As avaliações independentes podem ser apresentadas como prova em processos formais de audiência.

QUALIFICAÇÃO

Como se determina a qualificação?

Após a conclusão da avaliação, a qualificação é determinada de forma colaborativa, de acordo com a N.J.A.C. 6A:14-2.3(i)1. Para se qualificar para a educação especial e os serviços relacionados:

- O aluno deve ser portador de uma deficiência, de acordo com uma das categorias de qualificação;
- A deficiência deve afetar adversamente o desempenho escolar; e
- O aluno deve ter necessidade de educação especial e dos serviços relacionados.

O distrito escolar deve fornecer uma cópia do(s) relatório(s) de avaliação e da documentação da qualificação aos pais (ou ao aluno adulto, quando for o caso) por ocasião da entrega da notificação escrita.



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INDIVIDUALIZADA (IEP)

Que é um programa de educação individualizada?

Depois que se determinar que seu filho é qualificado para a educação especial e os serviços relacionados, realizar-se-á uma reunião para elaborar o IEP de seu filho. O IEP é um plano escrito que descreve em detalhes o programa de educação especial de seu filho. Descreve o desempenho atual de seu filho e as suas necessidades específicas de instrução. Inclui ainda metas anuais mensuráveis e objetivos de curto prazo ou referenciais.

Quem deve participar da reunião de IEP?

- O aluno, se for o caso⁶;
- O pai responsável;
- O professor de sua classe normal (na medida do possível), se o aluno é ou será participante de uma classe normal;
- O professor de sua classe especial (ou é o responsável pela educação especial, quando for o caso);
- Pelo menos um dos membros da equipe de estudo infantil;
- O gerente de casos;
- Um representante do distrito escolar;
- Outros, a critério do pai responsável ou do distrito escolar; e
- Se a transição for discutida na reunião de IEP, um representante de qualquer outra agência apta a prestar ou pagar pelos serviços.

Você tem direito a:

- Cópias do IEP de seu filho;
- Levar outras pessoas com você para as reuniões;
- Gravar em fita as reuniões de IEP;
- Ter o IEP implementado dentro de 90 dias a contar do recebimento de seu consentimento para a primeira avaliação pela escola;
- Ter o IEP implementado o mais cedo possível em seguida à reunião do IEP;
- Obter uma revisão do IEP pelo menos uma vez por ano; e
- Fazer com que seja considerada a extensão dos serviços do ano escolar.

REAVALIAÇÃO

Com que frequência meu filho deve ser reavaliado?

Seu filho deve ser reavaliado a cada três anos, ou com frequência maior, se as condições justificarem, ou se você ou o professor de seu filho o solicitarem. O distrito escolar deve reavaliar seu filho para determinar que ele não é mais uma criança portadora de deficiência.

⁶A partir da idade de 14 anos, o aluno deve ser convidado para comparecer à reunião de IEP em atendimento aos requisitos do planejamento da transição.



Quais são os requisitos para a reavaliação?

A equipe de IEP deve reunir-se para examinar os dados atuais e decidir se são necessários testes adicionais para determinar a continuidade da qualificação de seu filho para os serviços de educação especial. A equipe de IEP pode concluir que não existe necessidade de mais informações para determinar a continuidade ou não da qualificação de seu filho para a educação especial. Como membro da equipe, você pode discordar da decisão e exigir que o distrito escolar realize uma avaliação de seu filho. O distrito escolar deverá, então, avaliar seu filho para determinar a qualificação (ou não-qualificação).

O distrito escolar precisa de meu consentimento para reavaliar meu filho?

A escola deve obter o seu consentimento para a realização de qualquer teste que faça parte de uma reavaliação de seu filho. Todavia, se puder mostrar que tentou conseguir o seu consentimento para a reavaliação de seu filho e que você não respondeu, a escola poderá proceder à reavaliação conforme planejado.

TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS APÓS A MAIORIDADE

Que direitos eu tenho quando meu filho atinge a idade de 18 anos?

Quando seu filho atinge a idade de 18 anos, todos os direitos que lhe cabem pela legislação sobre a educação especial serão transferidos para seu filho, a menos que um tribunal designe um tutor legal para ele. Você e o seu aluno adulto receberão todas as notificações necessárias contidas dentro destes direitos dos pais. Pelo menos três anos antes de seu filho completar 18 anos, o distrito escolar informará a você e a seu filho sobre a transferência desses direitos.

CONFIDENCIALIDADE DOS REGISTROS EDUCACIONAIS E SEU ACESSO⁷

Posso ver os registros educacionais de meu filho?

Os distritos escolares mantêm a confidencialidade de informações dos registros educacionais de seu filho. No entanto, a escola pública que mantêm esses registros deve pressupor que você tem autoridade para inspecionar/examinar os registros de seu filho, a menos que tenha sido legalmente notificada por escrito de que os seus direitos cessaram nos termos da lei estadual, devido, por exemplo, a término de tutela ou a divórcio.

Você tem direito a:

- Pedir para ver uma lista de todos os tipos de registro mantidos sobre seu filho e onde esses registros são mantidos;
- Examinar todos os registros educacionais de seu filho mantidos ou usados pelo distrito escolar:
 - Sem demora desnecessária;
 - Antes da reunião de IEP ou de audiência; e
 - Dentro de 10 dias depois de ter pedido para ver os registros.
(Esta solicitação deve ser feita por escrito.)
- Pedir explicação e interpretação dos registros;

⁷As normas sobre registros de alunos encontram-se em N.J.A.C. 6:3-6.1. O distrito escolar é obrigado a lhe fornecer uma cópia quando você solicitar.



- Obter cópias dos registros. A escola pode cobrar uma taxa razoável pela cópia se esta taxa não impedir que você examine os registros. A escola não pode cobrar taxas de pesquisa e recuperação dos registros;
- Ser notificado antes da informação de que os registros de seu filho foram destruídos; e
- Dar consentimento ou recusar-se a dar consentimento para que os registros de seu filho sejam compartilhados por quem queira vê-los sem propósitos educativos ou legais.

A escola deve manter um registro de todos os que têm acesso aos registros de seu filho, com a inclusão de nomes, datas e motivos para o acesso. Caso deseje, você tem o direito de saber quem recebeu informações sobre os registros de seu filho, a data em que elas foram passadas e como foram usadas.

O distrito escolar deve obter seu consentimento por escrito antes de liberar qualquer informação que identifique pessoalmente seu filho para qualquer pessoa que não esteja habilitada por lei a ter acesso a essas informações (ver página 4).

Dando consentimento por escrito à escola, você pode permitir que outra pessoa receba e/ou examine os registros por você. Caso um registro contenha informações sobre mais de uma criança, você só pode examinar as informações sobre seu filho.

Como farei para alterar os registros de meu filho?

Você pode pedir ao distrito escolar que altere os registros educacionais de seu filho se achar que os registros:

- Não são pertinentes;
- São imprecisos;
- Não protegem a privacidade ou outros direitos de seu filho; ou
- São impróprios por outras razões.

Se solicitar ao distrito escolar que altere os registros de seu filho, você terá o direito de conhecer a decisão que foi tomada sobre sua solicitação. O distrito escolar pode decidir fazer a alteração e informá-lo da mudança por escrito; em caso contrário, o distrito escolar deverá reunir-se com você dentro de 10 dias para determinar se a alteração será feita.

Se não fizer a alteração, o distrito escolar deverá informá-lo de sua recusa e de seu direito de apelar solicitando um processo formal de audiência (ver página 13).

Se um juiz de justiça administrativa decidir em um processo formal de audiência que os registros não precisam ser alterados, o distrito escolar deverá notificá-lo por escrito de seu direito de acrescentar uma declaração aos registros de seu filho dando as razões pelas quais você não concorda com os registros da escola. Essa declaração deverá ser mantida nos registros de seu filho enquanto o registro a que ela se refere for mantido e deverá ser liberada sempre que o registro pertinente for divulgado.⁸

Tenho o direito de examinar os registros de meu filho depois que ele se tornar aluno adulto?

Até seu filho fazer 18 anos, você tem acesso a todos os seus registros mantidos pela escola. Após a transferência dos direitos com a maioridade, você só terá direito de acesso aos registros escolares de seu filho se ele ainda for seu dependente financeiro e ainda estiver matriculado no sistema escolar público, ou se você tiver o consentimento de seu aluno adulto para o acesso.

⁸De acordo com o código de registros de aluno, N.J.A.C. 6:3-6.4(d), os registros obrigatórios ou permitidos que são necessários para a educação especial deverão ser mantidos por um período de cinco anos após a conclusão das atividades do programa.



PAIS SUBSTITUTOS

Quando o pai responsável pelo aluno ou nenhum dos pais pode ser identificado nem localizado ou quando o estado tem a tutela do aluno, deve-se designar um pai responsável substituto. O distrito responsável deve ter um método para determinar se uma criança necessita de um pai substituto e para atribuir-lhe um pai substituto, quando necessário. O distrito precisa assegurar que a pessoa escolhida como pai responsável substituto não tenha interesses conflitantes com os interesses da criança e que tenha conhecimento e habilidades suficientes para desempenhar essa função. Essa pessoa deverá ser escolhida de acordo com a lei do estado e não poderá ser funcionária do distrito escolar, do Departamento de Educação de New Jersey ou de outra agência envolvida na educação ou no cuidado da criança. Por outro lado, a pessoa qualificada para ser pai responsável substituto não será considerada funcionário do distrito ou de outra agência pelo fato de ser paga pela agência para servir como pai responsável substituto. O pai responsável substituto representa a criança em todos os assuntos relativos a identificação, avaliação, desenvolvimento do IEP, colocação e prestação de educação pública gratuita e apropriada (FAPE).

COLOCAÇÃO DO SEU FILHO EM UMA ESCOLA NÃO-PÚBLICA (PARTICULAR) – DEVIDO A DIVERGÊNCIA

Se eu discordar do programa do distrito escolar e colocar meu filho em uma escola não-pública (particular), quem será responsável pelo pagamento dos custos?

Seu filho tem direito à educação pública gratuita e apropriada. Se ele estiver matriculado em uma escola pública e você discordar do programa de educação especial do distrito escolar, você poderá optar por colocar seu filho em uma escola particular aprovada ou de alunos portadores de deficiência, em uma escola não-pública ou um programa privado de primeira infância que em sua opinião atenda às necessidades de educação especial de seu filho. Você responderá pelos custos, a menos que possa provar em um processo formal de audiência que o distrito falhou ou é incapaz de proporcionar a seu filho a educação apropriada e que a escola que você escolheu é apta para atender às necessidades educacionais de seu filho.

O que devo fazer se planejo solicitar que o distrito escolar me reembolse pelos custos de uma escola não-pública (particular)?

Caso planeje colocar seu filho em uma escola não-pública (particular) e reivindique o reembolso da parte do distrito, você deve informar o distrito escolar em uma reunião de IEP ou apresentar ao distrito escolar uma notificação por escrito com pelo menos 10 dias de antecedência em relação à matrícula de seu filho na escola não-pública (particular). Você deve declarar sua divergência com o IEP do distrito escolar e com a colocação proposta pelo distrito escolar, e sua intenção de matricular seu filho em uma escola não-pública (particular).

Se o distrito escolar notificá-lo por escrito de sua intenção de avaliar seu filho antes de você removê-lo da escola pública, você deverá disponibilizar seu filho para o distrito escolar fazer a avaliação a fim de proteger sua pretensão ao reembolso.

A omissão em informar o distrito escolar de sua intenção de fazer uma colocação particular com recursos públicos, a omissão em tornar seu filho disponível para avaliação ou outra ação não-razoável de sua parte podem resultar na decisão de um juiz de justiça administrativa de reduzir ou negar o reembolso pela colocação particular.

COLOCAÇÃO DO SEU FILHO EM UMA ESCOLA NÃO-PÚBLICA (PARTICULAR) – DEVIDO A PREFERÊNCIA

Se eu colocar meu filho em uma escola não-pública porque prefiro o tipo de educação oferecido por esta escola, meu filho terá direito a educação especial e aos serviços relacionados da escola pública?

O aluno portador de deficiência matriculado em uma escola não-pública não está habilitado individualmente a receber educação especial ou algum dos serviços relacionados, ou todos eles, que receberia se estivesse matriculado na escola pública. Todavia, seu filho tem o direito de ser encaminhado para a equipe de estudo infantil para uma avaliação. Quando a avaliação se justifica, a equipe deve realizá-la sem qualquer custo para você a fim de determinar se seu filho está qualificado para educação especial e os serviços relacionados. Caso a equipe de IEP determine que seu filho está qualificado, só será elaborado um plano por escrito se seu filho estiver recebendo serviços.

Quais serão meus direitos se eu discordar da avaliação ou da determinação de qualificação?

Você poderá solicitar mediação ou um processo formal de audiência se a equipe de estudo infantil decidir que não se justifica uma avaliação ou se você discordar do plano de avaliação. Você pode solicitar uma avaliação independente sem nenhum custo para você, caso discorde da avaliação realizada pela equipe. Também pode solicitar mediação ou um processo formal de audiência se discordar da determinação de qualificação. (Ver as seções sobre mediação e processo formal de audiência, páginas 12 e 13.)

Se ficar determinado que meu filho é qualificado e eu discordar da proposta de serviços, quais serão os meus direitos?

Você não tem o direito de solicitar mediação ou um processo formal de audiência para discordar da educação especial e dos serviços relacionados propostos para seu filho. Isto também vale mesmo quando o distrito decide não fornecer qualquer serviço.

Nos casos de divergência relativa à prestação de serviços pelo seu distrito residencial, você pode solicitar uma investigação de queixa. A investigação de queixa determinará se o distrito residencial usou os procedimentos apropriados na determinação de quais crianças receberiam os serviços, que serviços seriam fornecidos, como e onde os serviços seriam fornecidos e como os serviços fornecidos seriam avaliados.

RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

O que acontecerá se eu discordar do distrito escolar quanto à identificação, avaliação, classificação, colocação educacional ou prestação da educação pública gratuita e apropriada?

Poderá surgir ocasião em que você e o distrito escolar diverjam. Muitas discordâncias podem ser resolvidas por comunicação com o professor de seu filho, o gerente de casos, o diretor da escola ou o pessoal de outro distrito escolar. Também existem procedimentos estabelecidos pela legislação estadual e federal para resolver esses problemas, como a mediação ou o processo formal de audiência.



MEDIAÇÃO VOLUNTÁRIA

Que é mediação?

Mediação é uma maneira de discutir e resolver divergências entre você e o distrito escolar com a ajuda de uma terceira pessoa treinada e imparcial, conhecida como mediador.

Onde e quando ocorre a mediação?

A mediação ocorre em uma reunião (conferência) realizada pelo mediador a partir do Departamento de Educação de New Jersey em hora e local razoavelmente convenientes para os participantes. A reunião será realizada dentro de 10 dias a contar do recebimento de uma solicitação por escrito.

Como os mediadores são escolhidos?

O Departamento de Educação de New Jersey mantém uma lista de mediadores qualificados, especialistas na legislação e regulamentação da educação especial. Os mediadores são escolhidos a partir desta lista em um sistema de rodízio. Quando se recebe um pedido de mediação, o próximo mediador disponível recebe a incumbência de conduzir a conferência de mediação.

Quem pode solicitar mediação?

Tanto você como o distrito escolar podem solicitar mediação em caso de divergência.

Quanto custa a mediação?

A mediação é fornecida sem nenhum ônus para você ou para a escola.

Como posso solicitar a mediação?

Você deve apresentar uma solicitação por escrito a:	A solicitação de mediação deve:
Barbara Gantwerk, Director Office of Special Education Programs New Jersey Department of Education P.O. Box 500 Trenton, New Jersey 08625-0500	Declarar a questão (problema); Especificar a assistência (solução) desejada; e Mostrar uma cópia da solicitação enviada ao distrito escolar.

Um formulário que pode ser usado para a solicitação de mediação está anexado ao final deste fascículo.

Posso levar um advogado para a conferência de mediação?

Você pode levar um advogado com você para ajudá-lo na conferência de mediação. O distrito escolar também pode levar um advogado para a conferência de mediação.

O que acontece a meu filho durante a mediação?

A partir do momento do recebimento de uma solicitação apropriada de mediação até a conclusão da mediação, a classificação, o programa ou a colocação de seu filho não poderão ser alteradas a menos que você concorde com a escola em fazer a alteração ou que seja concedido um alívio de emergência (ver página 15).

O que acontece quando se chega a um acordo? E quando não se chega a um acordo?

Se você e o distrito escolar chegarem a um acordo, ele será colocado por escrito e assinado pelas duas partes. Se as discussões durante a mediação não resultarem em um acordo escrito, neste caso só serão registrados a data e os nomes das pessoas envolvidas na mediação. As discussões da mediação são confidenciais e não podem ser usadas como provas em audiências.

O que acontecerá se as partes precisarem de mais tempo para concluir a mediação?

Se as duas partes concordarem em que há necessidade de mais tempo para se obter informações adicionais ou explorar opções, o mediador poderá “adiar” a mediação. A mediação será colocada em “suspensão” e outra conferência de mediação será realizada quando se concordar em que a atividade foi concluída.

O que acontece quando o distrito escolar não cumpre o acordo mediado?

Se lhe parecer que o distrito escolar não colocou em prática o acordo mediado conforme consta por escrito, você poderá solicitar fiscalização do acordo por escrito ao diretor do Escritório de Programas de Educação Especial. (Ver página 12.)

O que pode acontecer se eu não quiser ser mediado?

A mediação é voluntária e não pode ser usada para atrasar ou negar seu direito a um processo formal de audiência. Todavia, o distrito escolar pode estabelecer procedimentos que o obriguem a se reunir com um mediador do estado para discutir os benefícios da mediação, caso você escolha não usar o processo de mediação.

PROCESSOS FORMAIS DE AUDIÊNCIA

Que é um processo formal de audiência?

Processo formal de audiência é um processo legal em que um juiz de justiça administrativa (AJ), do Escritório de Justiça Administrativa (OAJ), decide sobre uma divergência existente entre você e o distrito escolar.

Quem pode pedir um processo formal de audiência?

Você ou o distrito escolar podem solicitar um processo formal de audiência imparcial se houver divergência quanto à identificação, avaliação, colocação ou prestação de educação pública gratuita e apropriada para seu filho.

Como posso solicitar um processo formal de audiência?

Você deve apresentar uma solicitação por escrito a:	A solicitação deve:
Barbara Gantwerk, Director Office of Special Education Programs New Jersey Department of Education P.O. Box 500 Trenton, New Jersey 08625-0500	Dar o nome e a idade da criança; Dar o endereço da criança; Identificar a escola que a criança está frequentando; Descrever o problema e os fatos relacionados com o problema; Propor uma solução para o problema; e Mostrar que uma cópia do pedido foi enviada ao distrito escolar.

Um formulário que pode ser usado para solicitar um processo formal de audiência está anexado no final deste fascículo. A falha no fornecimento das informações necessárias pode resultar na redução da outorga dos honorários advocatícios a que você poderá estar habilitado se vencer o caso.

Posso solicitar mediação e processo formal de audiência ao mesmo tempo?

Sim. Você ou o distrito escolar podem solicitar mediação como parte de um pedido de processo formal de audiência.

O que acontece quando uma solicitação é recebida pelo Escritório de Programas de Educação Especial?

Quando uma solicitação de processo formal de audiência é recebida, um representante do Escritório de Programas de Educação Especial contata você e o distrito escolar (as partes) para oferecer mediação, se ela ainda não foi solicitada. Se nenhuma das partes concordar com a mediação, o representante marcará uma data para a audiência e o caso será transmitido diretamente ao Escritório de Justiça Administrativa para uma audiência. Se as partes não estiverem disponíveis para marcar a data da audiência ou não concordarem com uma data para a audiência, o caso será transmitido e o Escritório de Justiça Administrativa fixará uma data.

Se as partes concordarem com a mediação, realizar-se-á uma conferência dentro de 10 dias a contar da data da solicitação. Se a mediação resultar em acordo, o assunto será considerado resolvido. Se as partes não chegarem a um acordo, o caso será transmitido ao Escritório de Justiça Administrativa para uma audiência. Se ambas as partes concordarem por escrito que há necessidade de mais tempo para a obtenção de informações adicionais ou para explorar opções, um juiz de justiça administrativa poderá conceder um adiamento. Se concedido, o adiamento estende o prazo final para a decisão e dá tempo às partes para colocarem em prática o acordado sobre as atividades. Quando as atividades estiverem concluídas, realizar-se-á outra conferência de mediação.

Quanto tempo leva a decisão de um caso?

O processo formal de audiência deve ser concluído e cópias da decisão devem ser postadas para você e para o distrito escolar dentro de 45 dias do pedido de processo formal de audiência, a menos que o ALJ conceda prorrogações específicas de tempo.

O que acontece a meu filho enquanto o caso está sendo decidido?

Nenhuma alteração pode ser feita na classificação, no programa ou na colocação de seu filho durante a pendência de qualquer procedimento administrativo ou judicial, a menos que você e a escola concordem ou que se conceda um alívio de emergência. Se o processo formal de audiência envolver a admissão inicial na escola pública, seu filho deverá ser colocado em um programa de escola pública interino acordado entre você e o distrito escolar até a conclusão do processo.

PROCESSOS FORMAIS EXPEDITOS DE AUDIÊNCIA

Que é um processo formal expedito de audiência?

Processo formal expedito de audiência é uma audiência perante um ALJ sobre assuntos disciplinares. Caso divirja da determinação da equipe de IEP de que o comportamento de seu filho não é uma manifestação de sua deficiência, você pode solicitar uma audiência expedita. (Ver Termos comumente usados, Determinação de manifestação, página 21.) Se o distrito escolar acha que é perigoso para seu filho permanecer em sua atual colocação e você e o distrito não estiverem de acordo quanto à colocação apropriada, o distrito deverá solicitar uma audiência expedita para remover seu filho.

Qual é a diferença entre uma audiência formal expedita e outros processos formais de audiência?

A decisão escrita é emitida dentro de 45 dias da solicitação, sem exceções ou prorrogações de prazo.

A mediação é disponível como parte da audiência expedita?

Sim. A mediação é disponível.

AUDIÊNCIA DE ALÍVIO DE EMERGÊNCIA

Que é uma audiência de alívio de emergência?

Audiência de alívio de emergência é um processo formal de audiência realizado de maneira rápida e sem a oportunidade de mediação.

Que questões são considerados de “emergência”?

Algumas questões podem ser consideradas de “emergência” quando se determina que o peticionário sofrerá dano irreparável se não lhe for concedida uma decisão imediata.

Enquanto você e o distrito estiverem disputando sobre questões de longo prazo, um ou mais problemas poderão requerer uma decisão imediata – por exemplo, o programa de seu filho terminou ou está para terminar ou alguma ação disciplinar está sendo proposta. Como parte de seu pedido de um processo formal de audiência ou de um processo formal expedito de audiência, você pode solicitar uma audiência de alívio de emergência para decidir a questão imediata enquanto as questões de longo prazo não chegam a uma solução final.

Outras divergências requerem decisão imediata porque se relacionam com a participação de seu filho em funções escolares, como uma viagem de campo ou uma cerimônia de graduação que está para acontecer. Depois que a questão for decidida, não haverá mais necessidade de audiência.

Como se decide um alívio de emergência?

Pode-se conceder o alívio de emergência quando o ALJ determina que:

- O peticionário sofrerá dano irreparável se o alívio solicitado não for concedido;
- O direito legal subjacente à queixa do peticionário está estabelecido;
- O peticionário provavelmente ganhará em virtude da queixa subjacente; e
- Quando os prós e os contras das partes se equilibram, o peticionário sofrerá dano maior que o demandado se o alívio solicitado não for concedido.

Como solicito uma audiência de alívio de emergência?

Além das informações necessárias para a solicitação de um processo formal de audiência ou um processo formal expedito de audiência, os pedidos de audiência de alívio de emergência devem ser apoiados por um depoimento juramentado ou uma declaração autorizada especificando a base para a solicitação. O requerente deve fornecer uma cópia do pedido à outra parte e a solicitação deve conter a observação de que essa cópia foi enviada. As solicitações de alívio de emergência não podem ser enviadas por fax. O Escritório de Programas de Educação Especial precisa receber a cópia original.

São os seguintes os direitos no processo formal para ambas as partes:

- O pai responsável tem o direito de ser assessorado e acompanhado no processo formal de audiência por um advogado ou por pessoas com conhecimento ou treinamento especiais sobre crianças portadoras de deficiências. O distrito deve ser representado por advogado;
- Cada parte pode apresentar provas, exigir o comparecimento de testemunhas e cruzar depoimentos;
- Cada parte pode pedir ao ALJ para interromper a introdução de qualquer prova, inclusive quaisquer avaliações ou recomendações baseadas nessas avaliações, que não tenha sido intercambiada pelo menos cinco dias antes de um processo formal de audiência ou pelo menos dois dias antes de um processo formal expedito de audiência; e
- Cada parte pode fazer a gravação escrita literal ou eletrônica da audiência. Você tem o direito, a seu critério, de escrever ou gravar eletronicamente palavra por palavra a audiência e as conclusões de fato e a decisão. A gravação lhe será fornecida sem nenhum custo.

Você tem o direito de:

- Pedir e receber, de seu distrito escolar, uma lista de todos os serviços legais gratuitos e de baixo custo e de outros serviços de advocacia disponíveis. O Escritório de Programas de Educação Especial lhe enviará esta lista a pedido para um processo formal de audiência;
- Ver a lista mantida pela OAL dos ALJs e suas qualificações;
- Ter uma audiência aberta ao público;
- Levar o seu filho para a audiência;
- Dispor da presença de um intérprete, se necessário, sem nenhum ônus para você; e
- Marcar a realização da audiência para data e local que lhe sejam razoavelmente convenientes.

Os alunos portadores de deficiências que forem maiores de 21 anos de idade e estiverem recebendo serviços de educação especial têm o direito de solicitar mediação ou um processo formal de audiência para resolver disputas relativas a identificação, avaliação, colocação ou prestação de educação pública gratuita e apropriada.

Cópias das decisões do processo formal são fornecidas ao Conselho Assessor de Educação Especial do Estado (SSEAC) e serão disponibilizadas para o público depois que as informações de identificação pessoal forem removidas.

Juízes da Justiça Administrativa

- As audiências não podem ser realizadas por funcionários de qualquer agência pública envolvida na educação ou no cuidado de seu filho ou que de alguma maneira apresentem conflitos pessoais ou profissionais de interesses. Em New Jersey, a audiência é sempre realizada por um juiz de justiça administrativa do Escritório de Justiça Administrativa. O ALJ não é considerado funcionário de uma agência pública envolvida na educação ou no cuidado de seu filho pelo fato de ser pago para conduzir um processo formal de audiência.
- A decisão tomada por um ALJ é final e deve ser obedecida por você e pelo distrito escolar, a menos que uma das partes apele da decisão a um tribunal estadual ou federal.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Como posso recuperar os honorários advocatícios?

Você pode requerer uma ordem do tribunal estadual ou federal para que lhe sejam concedidos os honorários e os custos advocatícios razoáveis dentro dos limites da lei se você ganhar o caso, por meio de um acordo ou de uma decisão da audiência.

Os honorários advocatícios podem ser negados ou reduzidos?

Os honorários advocatícios não podem ser concedidos com relação a reuniões da equipe de IEP a não ser que a reunião ocorra como resultado de uma ordem de um juiz da justiça administrativa.

A concessão dos honorários advocatícios pode ser reduzida se durante o processo você atrasar de forma não-razoável o acerto ou a decisão do caso, se o tempo gasto e os serviços fornecidos forem excessivos ou se os honorários cobrados por seu advogado excederem as taxas aceitáveis.

INVESTIGAÇÃO DE QUEIXA

Que é uma investigação de queixa?

Investigação de queixa é um procedimento para assegurar que o distrito escolar cumpra o estatuto e/ou as normais federais ou estaduais relativas à educação especial. A investigação de queixa pode ser solicitada quando se suspeita de uma violação da legislação da educação especial. Pode-se pedir uma investigação de queixa em nome de uma criança individualmente ou de um grupo de crianças, como uma classe particular, série ou escola.

Quem pode pedir uma investigação de queixa?

Qualquer pessoa pode solicitar uma investigação de queixa mediante a postagem de uma solicitação por escrito e assinada para:

Barbara Gantwerk, Director
Office of Special Education Programs
New Jersey Department of Education
P.O. Box 500
Trenton, New Jersey 08625-0500

Existe um limite de tempo para a solicitação de uma investigação de queixa?

Sim. Foram estabelecidos limites de tempo para o pedido de investigação de queixa, a fim de que as questões não se tornem ultrapassadas no momento em que se chega a uma solução apropriada. O demandante (a pessoa que solicita a investigação) deve submeter a solicitação antes de transcorrido um ano da ocorrência da violação. Existem duas exceções para este limite de tempo. Um período maior pode ser razoável porque a violação é contínua ou porque o demandante está exigindo serviços compensatórios por uma violação que ocorreu há menos de três anos da data do recebimento do pedido.

Que informações devem ser incluídas na solicitação de uma investigação de queixa?

A solicitação deve:

- Declarar a violação específica da legislação da educação especial que você acredita que tenha ocorrido;
- Apresentar os fatos sobre os quais a declaração se baseia;
- Declarar quando a violação alegada ocorreu; e
- Declarar se estão sendo solicitados serviços compensatórios.

Um modelo de formulário, para ajudá-lo na solicitação da investigação de queixa, é fornecido no final deste fascículo.

Eu terei a oportunidade de fornecer informações sobre a queixa?

Sim. O demandante tem a oportunidade de fornecer informações adicionais, oralmente ou por escrito, sobre a queixa.

Como serei notificado dos resultados da investigação de queixa?

Você receberá um relatório por escrito das conclusões e resoluções dentro de 60 dias corridos do recebimento da solicitação, a menos que se conceda uma prorrogação por circunstâncias atenuantes. A decisão do Departamento de Educação é final.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

A escola pode remover meu filho de sua colocação atual por razões disciplinares?

Sim. As autoridades escolares podem remover seu filho de sua colocação atual pelo máximo de 10 dias escolares de cada vez por violação das normas escolares no caso em que crianças não-portadoras de deficiência estariam sujeitas à remoção pelas mesmas razões.

O distrito escolar pode remover meu filho repetidamente por incidentes separados de má conduta?

Sim. Os funcionários da escola podem remover seu filho da sua colocação atual por até 10 dias escolares de cada vez, sempre que a disciplina o exigir e essa remoção for coerente com o tratamento dispensado a crianças não-portadoras de deficiências físicas. Além disso, os funcionários da escola também poderão aplicar suspensões adicionais de até 10 dias escolares de cada vez no ano escolar por incidentes separados de má conduta se os serviços educacionais forem fornecidos para o restante das remoções, na medida necessária. Os funcionários da escola não precisam envolvê-lo na decisão de remover seu filho ou na decisão sobre os serviços a serem prestados. No entanto, eles não poderão remover seu filho em uma série de suspensões de curto prazo (até 10 dias escolares de cada vez) se essas suspensões constituírem um padrão que signifique mudança de colocação.

Que medidas a escola deve tomar ao colocar em prática uma série de remoções de curto prazo?

Uma série de remoções de curto prazo da colocação educacional atual de seu filho pode constituir um padrão que resulte em mudança na colocação quando o número total de dias escolares acumulados chega a mais de 10. Os funcionários da escola, em consulta com o gerente de casos, determinam se a série de remoções de curto prazo constitui uma alteração na colocação. A determinação de se a série de remoções de curto prazo constitui uma alteração na colocação se baseia na extensão de cada remoção, no total de tempo que seu filho foi removido e na proximidade das remoções entre si (intervalo entre as remoções).

Se a série de remoções de curto prazo não constitui alteração na colocação, seu filho pode ser removido de sua atual colocação. Os funcionários do distrito escolar, em consulta com o gerente de casos da criança e o professor de educação especial, determinam a extensão em que os serviços são necessários para possibilitar que seu filho progrida no currículo de educação geral e avance apropriadamente rumo à obtenção das metas estabelecidas em seu IEP. Se a escola não realiza avaliação comportamental funcional e implementa um plano de intervenção comportamental, a equipe de IEP deve reunir-se para elaborar um plano de avaliação. Quando as avaliações estiverem concluídas, a equipe de IEP se reunirá para desenvolver intervenções comportamentais apropriadas. Se o seu filho já tiver um plano, a equipe de IEP se reunirá para examinar o plano e sua implementação.

Se os funcionários da escola, em consulta com o gerente de casos, determinarem que a série de remoções de curto prazo constitui uma mudança de colocação, a equipe do IEP deverá reunir-se para determinar se a má conduta é uma manifestação da deficiência do aluno (**determinação da manifestação**). (Ver a seção sobre Termos comumente usados, Determinação da manifestação, página 21.) Como membro da equipe de IEP, você tem o direito de participar dessas reuniões.

Se a escola não realiza avaliação comportamental funcional e implementa um plano de intervenção comportamental, a equipe de IEP deve reunir-se para elaborar um plano de avaliação. Quando as avaliações estiverem concluídas, a equipe de IEP se reunirá para desenvolver intervenções comportamentais apropriadas para tratar do comportamento. Se seu filho já tiver um plano, a equipe de IEP se reunirá para examinar o plano e sua implementação.

Caso se determine que o comportamento de seu filho está relacionado com sua deficiência, ele não poderá ser removido de sua atual colocação educacional (exceto no caso de armas e drogas) enquanto a equipe do IEP não elaborar um novo IEP e não decidir sobre uma nova colocação. Se ficar determinado que o comportamento de seu filho não é uma manifestação de sua deficiência, ele poderá sofrer sanções disciplinares como qualquer outra criança, com a exceção de que a escola deverá continuar a prestar-lhe serviços. A equipe de IEP decide até que ponto os serviços são necessários para possibilitar que a criança progrida adequadamente no currículo geral da educação e avance apropriadamente rumo à consecução das metas estabelecidas em seu IEP.

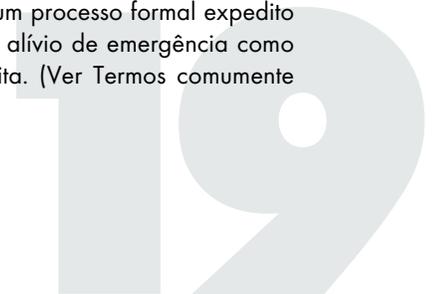
Você pode discordar da determinação de remover seu filho por mais de 10 dias escolares cumulativos solicitando mediação, um processo formal de audiência ou um processo formal expedito de audiência.

Que medidas a escola deve tomar para suspender meu filho por mais de 10 dias escolares consecutivos?

A remoção da atual colocação educacional de seu filho por mais de 10 dias escolares consecutivos por motivos de disciplina constitui alteração na colocação. Caso o distrito escolar deseje suspender seu filho por mais de 10 dias escolares consecutivos, a equipe de IEP deve realizar uma reunião para examinar o plano de intervenção comportamental desenvolvido para seu filho como parte de seu IEP. Se um plano de intervenção comportamental não faz parte do IEP de seu filho, a equipe de IEP deve realizar uma avaliação comportamental funcional e elaborar um plano de intervenção comportamental. Além disso, a equipe de IEP deve determinar se o comportamento é ou não uma manifestação da deficiência do seu filho. Como membro da equipe de IEP, você tem o direito de participar dessas reuniões.

Se ficar determinado que o comportamento de seu filho é uma manifestação de sua deficiência, ele não poderá ser removido de sua atual colocação educacional (exceto no caso de armas e drogas) enquanto a equipe de IEP não elaborar um novo IEP e não decidir sobre uma nova colocação. Se ficar determinado que o comportamento de seu filho não é uma manifestação de sua deficiência, ele poderá sofrer as sanções disciplinares como qualquer outra criança, com a exceção de que a escola deverá continuar a prestar-lhe serviços. A equipe de IEP decide sobre o grau em que os serviços são necessários para possibilitar que seu filho progrida apropriadamente no currículo geral de educação e avance apropriadamente rumo à consecução das metas estabelecidas no IEP de seu filho.

Caso discorde da determinação da manifestação ou da decisão de colocar seu filho em um ambiente educacional alternativo interino ou em qualquer outra colocação disciplinar, você tem o direito de solicitar um processo formal de audiência ou um processo formal expedito de audiência. Além disso, você pode pedir uma audiência de alívio de emergência como parte de sua solicitação de uma audiência formal ou expedita. (Ver Termos comumente usados, Determinação da manifestação, página 21.)



Que medidas a escola pode tomar para remover meu filho por motivos disciplinares quando houver envolvimento de drogas e armas?

O distrito escolar poderá colocar seu filho em um ambiente educacional alternativo interino por até 45 dias se ele:

- Possuir ou portar de arma na escola ou em uma função escolar; ou
- Possuir ou usar drogas ilícitas, ou vender ou solicitar a venda de substâncias controladas na escola ou em uma função escolar.

A equipe de IEP decidirá o ambiente educacional alternativo interino e as medidas a serem tomadas no final de uma colocação de 45 dias.

Que medidas a escola pode tomar para remover meu filho de perigo para si e para outros?

O distrito escolar poderá obter uma ordem de um ALJ para alterar a colocação educacional de seu filho para um ambiente educacional alternativo interino por até 45 dias, se houver perigo de que seu filho ou outros venham a sofrer lesões caso seu filho permaneça na atual colocação. O ALJ decidirá sobre o ambiente educacional alternativo interino.

Colocação durante a pendência da mediação ou de um processo formal de audiência por ação disciplinar

Se você iniciar a mediação, um processo formal de audiência ou um processo formal expedito de audiência pela remoção de mais de 10 dias escolares cumulativos, a remoção poderá ser realizada enquanto a divergência estiver sendo resolvida.

Se você iniciar a mediação, um processo formal de audiência ou um processo formal expedito de audiência pela remoção de mais de 10 dias escolares consecutivos, seu filho permanecerá em sua atual colocação educacional enquanto não se chegar a decisão final ou você e a escola não chegarem a um acordo sobre outra colocação.

Nos casos em que tiver sido colocado em um ambiente educacional alternativo interino devido a armas, drogas ou outros motivos ligado a periculosidade, seu filho poderá permanecer no ambiente educacional alternativo interino por período não superior a 45 dias. Depois disso, seu filho retornará à colocação educacional anteriormente acordada, a não ser que um ALJ ordene outra colocação ou que seu distrito escolar concorde com outra colocação.

TERMOS COMUMENTE USADOS

Avaliação – Os testes e outros procedimentos de avaliação, inclusive o exame das informações, usados para decidir se seu filho é qualificado ou não para os serviços de educação especial.

Educação pública gratuita e apropriada (Free, Appropriate Public Education, FAPE)

– Educação especial e serviços relacionados prestados com recursos públicos, sob supervisão e direção públicas, e sem ônus; atende a requisitos estaduais e federais; inclui pré-escola, escola elementar ou educação secundária; e é prestada de acordo com um IEP.

Avaliação comportamental funcional – O processo de se chegar à compreensão de por que um aluno se envolve em comportamentos desafiadores e como o comportamento do aluno se relaciona com o meio ambiente. O propósito da avaliação comportamental funcional é reunir informações para melhor se entender as razões específicas de comportamentos problemáticos de alunos. (*Functional Behavioral Assessment: Policy Development in Light of Emerging Research and Practice*, National Association of State Directors of Special Education, março de 1998)

Identificação – A decisão de avaliar uma criança para determinar se existe a necessidade de serviços de educação especial.

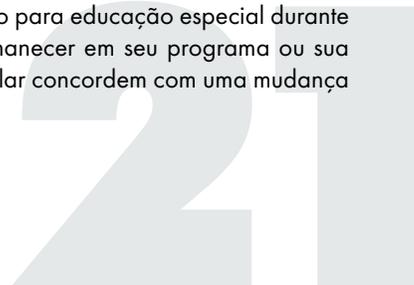
Determinação da manifestação – É o processo de analisar a má conduta (comportamento) de seu filho para determinar se uma remoção que constitua uma mudança de colocação pode ser implementada como ação disciplinar. A análise é realizada em uma reunião da equipe de IEP e de outro pessoal qualificado. A equipe deve considerar todas as informações pertinentes em função da má conduta (comportamento) de seu filho. Com base nessa análise, a equipe deve responder às seguintes perguntas:

- Em relação à má conduta, o IEP e a colocação são apropriados?
- Em relação à má conduta, foram prestados serviços, ajudas e serviços suplementares e estratégias de intervenção comportamental de acordo com as especificações do IEP?
- A deficiência de seu filho prejudica sua capacidade de compreender o impacto e as conseqüências da má conduta (comportamento)?
- A deficiência de seu filho prejudica sua capacidade de controlar seu comportamento?

Se a equipe responder negativamente à primeira ou à segunda pergunta acima, ou positivamente à terceira ou quarta pergunta acima, o comportamento deverá ser considerado uma manifestação da deficiência do aluno.

Último ambiente restritivo (Least Restrictive Environment, LRE) – Apropriado em seu grau máximo, as crianças portadoras de deficiência são educadas com crianças que não são portadoras de deficiência, e classes especiais, escolaridade separada ou outra remoção de crianças com deficiências do ambiente educacional normal só ocorrem quando a natureza e a gravidade da deficiência é tal que a educação em classes normais com o uso de ajudas e serviços suplementares não possa ser realizada de maneira satisfatória.

Permanência inalterada – O requisito de que não se introduza mudança na educação de um aluno que é ou pode ser considerado qualificado para educação especial durante mediação ou processo formal. O aluno deve permanecer em seu programa ou sua colocação atual, a menos que você e o distrito escolar concordem com uma mudança ou que um ALJ ordene uma mudança.



DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE NEW JERSEY

**SOLICITAÇÃO DE MEDIAÇÃO/PROCESSO FORMAL DE AUDIÊNCIA/
PROCESSO FORMAL EXPEDITO DE AUDIÊNCIA**

Data: _____

Para: **Barbara Gantwerk, Director
Office of Special Education Programs
NJ Department of Education
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500**

De: _____
(Nome do pai responsável ou do distrito escolar que apresenta a solicitação)

Endereço: _____

Telefone: (_____)_____-_____- Fax: (_____)_____-_____-

Marque se você for representado por ____um procurador ou assistido por ____um advogado.

Nome do procurador ou do advogado: _____

Endereço: _____

Telefone: (_____)_____-_____- Fax: (_____)_____-_____-

Eu estou/nós estamos solicitando (marque uma):

Somente mediação Mediação e o processo formal de audiência Mediação e o processo formal expedito de audiência
 Somente processo formal de audiência Somente processo formal expedito de audiência

Em nome de: _____
(Nome da criança) (Data de nascimento)

Endereço da criança (se diferente do endereço do pai responsável): _____

Distrito residencial: _____

Escola freqüentada pelo aluno: _____



Você poderá requerer uma audiência de alívio de emergência como parte de seu pedido de um processo formal de audiência ou de uma audiência expedita se achar necessária uma decisão imediata e que sofrerá dano irreparável se o alívio não for concedido. Preencha o formulário de solicitação da página 25 e o anexo.

Descreva a natureza do problema e todos os fatos relacionados com o problema.
(Anexe páginas adicionais, se necessário.):

Descreva como este problema pode ser resolvido. (Anexe páginas adicionais, se necessário.):

Assinatura da parte que apresenta a solicitação: _____

___ Marque para indicar que uma cópia desta solicitação foi enviada à outra parte:

Nome da outra parte: _____

Endereço: _____

_____ Telefone: (_____) - _____

Nota para o(s) pai(s) que solicitam o processo formal de audiência: As Emendas de 1997 da IDEA exigem que o(s) pai(s) ou seus procuradores forneçam as informações contidas neste formulário ao Departamento de Educação de New Jersey e ao distrito residencial. O não-fornecimento dessas informações pode resultar na redução da concessão dos honorários advocatícios. (20 U.S.C. 1415 (b)(7), (i)(3)(F). **(Revisto em 7/00.)**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE NEW JERSEY

SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE ALÍVIO DE EMERGÊNCIA

Pode-se solicitar alívio de emergência quando é necessária uma decisão imediata e o peticionário poderá sofrer dano irreparável se o alívio não for concedido. Essas circunstâncias incluem, mas não de forma exclusiva, disputas em que o programa do aluno será concluído, a negação ao aluno de participar de funções escolares ou a proposta de ação disciplinar.

Nota: Para atender aos requisitos da solicitação do alívio de emergência, preencha as três páginas deste formulário e reconheça firma no tabelião. As transmissões por fac-símile (fax) não serão aceitas.

Para: **Barbara Gantwerk, Director**
Office of Special Education Programs
NJ Department of Education
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

De: _____
(Nome do pai responsável ou do distrito escolar que apresenta a solicitação)

Endereço: _____

Telefone: (_____)_____-_____
Fax: (_____)_____-_____

Marque se você for representado por ____um procurador ou assistido por ____um advogado.

Nome do procurador ou do advogado: _____

Endereço: _____

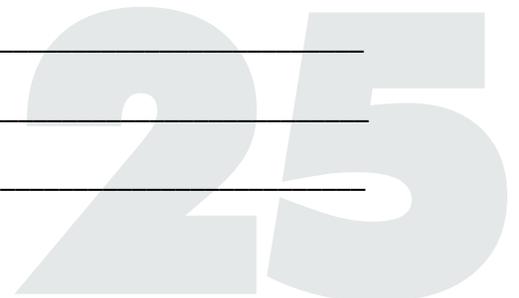
Telefone: (_____)_____-_____
Fax: (_____)_____-_____

Em nome de: _____
(Nome da criança) (Data de nascimento)

Endereço da criança (se diferente do endereço do pai responsável): _____

Distrito residencial: _____

Escola freqüentada pelo aluno: _____



Solicitação de alívio de emergência - Parte 2

Descreva a natureza do problema e todos os fatos relacionados com o problema.
(Anexe páginas adicionais, se necessário.):

Descreva como este problema pode ser resolvido. (Anexe páginas adicionais, se necessário.):

___ Marque para indicar que uma cópia desta solicitação foi enviada à outra parte:

Nome da outra parte: _____

Endereço: _____

_____ Telefone: (_____) - _____

Solicitação de alívio de emergência – Parte 3

Data: _____

Nome do peticionário: _____, maior de idade, devidamente juramentado de acordo com a lei, depõe e afirma:

1. Sou o peticionário no assunto anterior.
2. Li a petição. Certifico que as declarações que fiz anteriormente são verdadeiras. Estou ciente de que, se alguma das declarações feitas por mim for intencionalmente falsa, estarei sujeito a punição.

Assinatura do peticionário: _____

Prestou juramento e assinou perante mim no dia _____ de _____ de _____

Assinatura do Tabelião Público ou de outra pessoa autorizada a administrar um juramento ou uma afirmação

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE NEW JERSEY
SOLICITAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE QUEIXA

Data: _____

Para: **Barbara Gantwerk, Director**
Office of Special Education Programs
NJ Department of Education
P.O. Box 500
Trenton, NJ 08625-0500

De: _____
(Nome da pessoa que está apresentando a solicitação)

Endereço: _____

Telefone: (_____) _____-_____

Nome do aluno ou especificação do grupo de alunos afetados pela violação alegada: _____

Escola em que ocorreu(eram) a(s) violaçã(o)es alegada(s): _____

Distrito Residencial: _____

Declare sucintamente a(s) violaçã(o)es específica(s) de educação especial que você acredita terem ocorrido. Inclua os fatos relevantes. (Anexe páginas adicionais, se necessário.):



RECURSOS

Para obter ajuda na compreensão de seus direitos, contate uma das seguintes pessoas ou entidades:

Representante do Distrito Escolar

Telefone

Statewide Parent Advocacy Network (SPAN) no número (800) 654-7726

NJ Protection and Advocacy, Inc. no número (800) 922-7233

Departamento de Educação de New Jersey por meio de seu _____Escritório do Condado:

Supervisor de Estudo Infantil do Condado

Telefone

31





NOTAS





NOTAS



Publicado pelo:

New Jersey Department of Education
PO Box 500
Trenton, New Jersey 08625-0500